PRÉMIO IHRU 2015

IH RU Instituto da Habitacão e da Reabilitação Urbana

EDIÇÃO
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Conselho Diretivo
Direção de Estudos, Planeamento
e Assessoria / Departamento de Relações
Públicas e Comunicação
Direção de Gestão do Sul / Departamento de Reabilitação
Urbana do Sul

FOTOGRAFIAS
Promotores

TEXTOS
IHRU, IP
Projetistas

DESIGN GRÁFICO
Subtil Manifest Design, Lda.

IHRU
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.
Sede: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.o 5
1099-019 Lisboa
Tel. 21 723 15 00 | Fax 21 726 07 29
Delegação: Rua D. Manuel II, n.º 296,
6.º andar – 4050-344 Porto
Tel. 22 607 96 70 | Fax 22 607 96 79
Endereço eletrónico:
ihru@ihru.pt
www.portaldahabitacao.pt

ÍNDICE

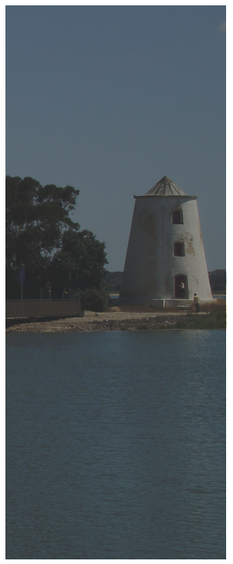
04
APRESENTAÇÃO
05
CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

06 - 17
MENÇÃO HONROSA
RESTAURO E RECUPERAÇÃO DA IGREJA E TORRE DOS CLÉRIGOS, PORTO.

18 - 29
MENÇÃO HONROSA CONSERVAÇÃO E RESTAURO DAS SETE FONTES - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE BRAGA DO SÉCULO XVIII, BRAGA.

30-41
MENSÃO HONROSA
TORRE DE PALMA WINE HOTEL, MONFORTE.

42 - 51
MENÇÃO HONROSA
REQUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ALBURRICA - PASSADIÇO DOS MOINHOS DE ALBURRICA, BARREIRO.



52 -61
PRÉMIO
CASAS DE CAMPO NA ALDEIA DE TREBILHADOURO, VALE DE CAMBRA. MOINHOS DE ALBURRICA, BARREIRO.
62 - 66
OUTRAS CANDIDATURAS
67 - 71
REGULAMENTO

APRE-SENTAÇÃO

Portugal apresenta hoje um parque edificado antigo muito envelhecido e degradado, resultado de décadas em que se registou uma intensa atividade do setor da construção, quase exclusivamente direcionada para a construção nova e para a expansão urbana.
Esta situação, a par da saturação do mercado habitacional, impôs uma alteração de paradigma que se traduziu na prioridade à reabilitação das áreas urbanas históricas, à recuperação dos edifícios antigos e à dinamização do arrendamento habitacional.
Assim, nas atuais circunstâncias económicas, orçamentais e sociais, é absolutamente crucial continuar a apostar na reabilitação urbana, que tem vindo progressivamente a ser assumida como uma aposta nacional, através da promoção de iniciativas que promovam o salto na reabilitação urbana.
É o caso do Prémio IHRU, um dos mais antigos no setor da construção, com mais de 25 anos de existência, que tem acompanhado as alterações do mercado. Atualmente incide exclusivamente na distinção de ações de reabilitação urbana exemplares, de natureza pública ou privada, distinguindo igualmente os resultados reveladores do domínio técnico que conduz ao exercício de boas práticas, dentro de quatro variantes:

- Reabilitação de edifício
- Reabilitação de conjunto urbano
- Reabilitação ou requalificação de espaço público
- Área de reabilitação urbana (ARU)

Para a edição de 2015, apresentaram-se a concurso 30 candidaturas, de todo o país, com projetos relevantes e demonstradores da importância de se apostar na reabilitação urbana.

A cerimónia de entrega das distinções, que teve lugar no dia 18 de dezembro de 2015, realizou-se na Casa da Prelada, no Porto, que foi alvo de profundas obras de reabilitação, que permitiram recuperar este edifício, proporcionando um espaço cultural na cidade do Porto. Situada na freguesia de Ramalde, a Casa da Prelada e o jardim envolvente, onde se encontra um dos maiores labirintos da Península Ibérica, são parte integrante do maior conjunto paisagístico delineado pelo arquiteto italiano Nicolau Nasoni - a Quinta da Prelada. Até aos inícios do século XX a Casa e a Quinta da Prelada pertenceram à família Noronha e Menezes. Em 1903, o último proprietário, D. Francisco de Noronha e Menezes, doou a propriedade à Misericórdia do Porto.

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

PRESIDENTE:
PROFESSORA DRA. TERESA GOUVEIA

MEMBRO DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, LP.:
ARQUITETO LUÍS MARIA GONÇALVES

COORDENADOR DO PRÉMIO IHRU:
ARQUITETA AURELINA VIEGAS

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ARQUITETOS:
ARQUITETO PAULO MOREIRA

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITETOS PAISAGISTAS:
ARQUITETO PAISAGISTA JOSÉ CUBELES LOUSAN

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ENGENHEIROS:
ENGENHEIRO FERNANDO DA SILVA PINHO

REPRESENTANTE DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL:
ENGENHEIRO JORGE GRANDÃO LOPES

REPRESENTANTE DO GECORPA - GRÉMIO DO PATRIMÓNIO:
ENGENHEIRO JOÃO MASCARENHAS MATEUS

DISTINÇÕES

MENÇÃO HONROSA

RESTAURO E RECUPERAÇÃO DA IGREJA E TORRE DOS CLÉRIGOS, PORTO.

VARIANTE
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO

PROMOTOR
IRMANDADE DOS CLÉRIGOS SECULARES DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

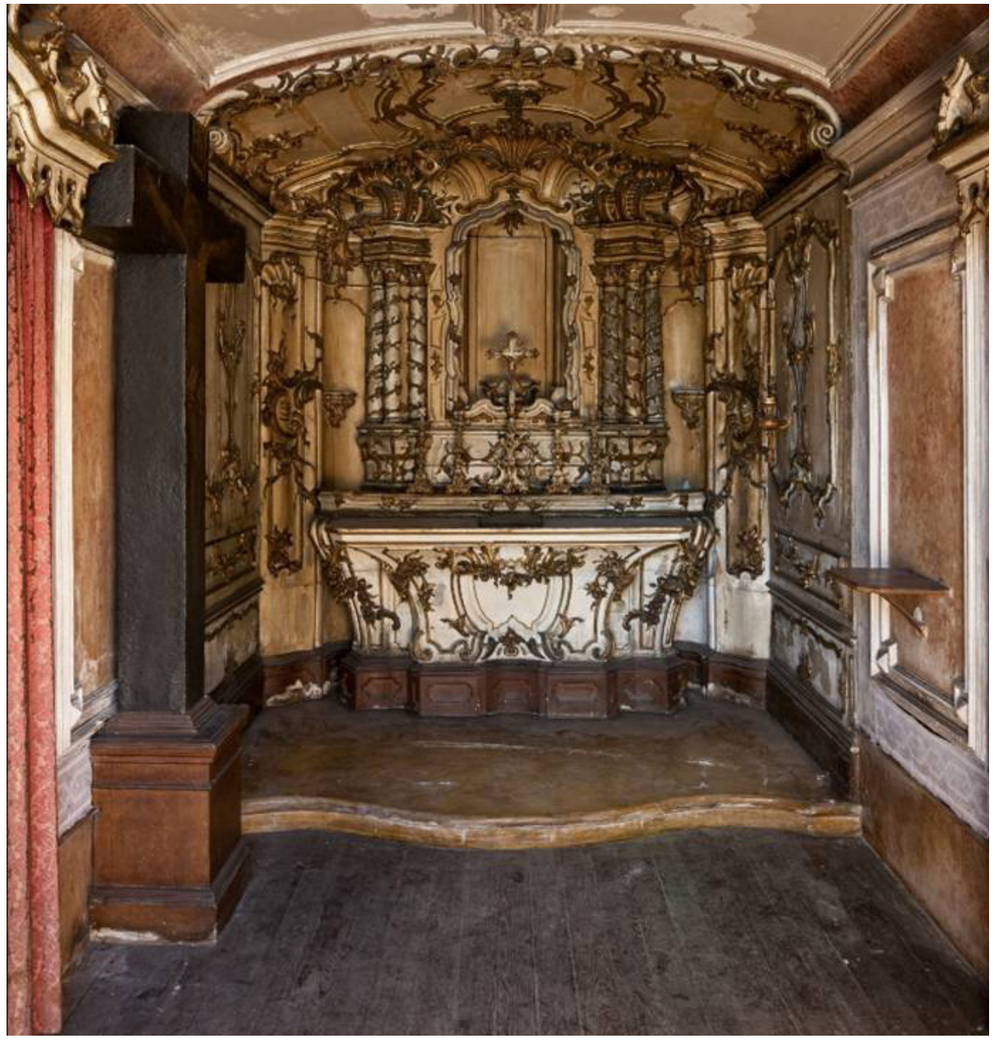
PROJETISTA
ARQ. JOÃO CARLOS DOS SANTOS

CONSTRUTOR
SIGNINUM, GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, LDA

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

COMENTÁRIOS DO JÚRI

O Júri considerou-se sensibilizado pelo grau de dificuldade da intervenção, perante o confronto entre a necessidade de recuperar um edifício em mau estado de conservação, salvaguardando as características que definiam os valores patrimoniais e culturais, e a necessidade de adaptar um edifício do séc. XVIII, criando condições para ser visitado, por cerca de mil pessoas diariamente.



MEMÓRIA DESCRITIVA DO AUTOR

Em 2013, por ocasião da comemoração dos 250 anos da construção da torre, dá-se inicio a uma intervenção de restauro e recuperação de todo o conjunto edificado e do património móvel e integrado, que visa não só criar as condições necessárias de acolhimento e receção dos muitos visitantes como também tornar acessível ao público o seu espólio.

Do conjunto de intervenções realizadas destacam-se pela sua importância o restauro dos elementos em talha dourada, em mármore, as pinturas sobre tela ou madeira, as esculturas, os órgãos de tubos, as pinturas de fingimento, entre outras. Também os sistemas construtivos existentes foram preservados e restaurados com recurso a técnicas tradicionais.

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Do mesmo modo a estrutura dos pavimentos em madeira foi mantida ou cirurgicamente substituída, de forma a preservar o carácter do conjunto, salvaguardando e preservando a sua memória.

A introdução de um elevador, garante a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida a todos os pisos do imóvel de forma cómoda e rápida.

A intervenção contemplou ainda a instalação de novas infra-estruturas de iluminação ambiente, áudio, telecomunicações, segurança integrada e sistemas de aquecimento e renovação de ar e de gestão de fluxos.

Para suprir as necessidades estruturais e de acessibilidades, fez-se um novo acesso pela Rua da Assunção, que permite aceder à loja e estrutura de acolhimento, tirando partido do carácter pedonal e comercial da rua. Uma vez no interior o visitante pode ser direcionado para o percurso cultural de entrada livre, ou direcionado para a portaria, no primeiro piso, de onde se poderão fazer dois percursos: o percurso museológico e expositivo, onde está instalado o Museu do Cristo, e o percurso panorâmico, que contempla a torre e os espaços expositivos anexos.

Na torre, a colocação de estrados, guardas metálicas e um leitor de paisagem permitem melhorar as condições de segurança, fruição e contemplação da magnífica vista da cidade do Porto.

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

DO CONJUNTO DE INTERVENÇÕES DESTACAM-SE, PELA SUA IMPORTÂNCIA, O RESTAURO DOS ELEMENTOS EM TALHA DOURADA, EM MÁRMORE, AS PINTURAS SOBRE TELA OU MADEIRA, AS ESCULTURAS, OS ÓRGÃOS DE TUBOS, AS PINTURAS DE FINGIMENTO, ENTRE OUTRAS.

DISTINÇÕES

MENÇÃO HONROSA

CONSERVAÇÃO E RESTAURO DAS SETE FONTES | SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE BRAGA DO SÉCULO XVIII, BRAGA.

VARIANTE
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

PROJETISTA
DR. PEDRO LOPES | ARQ. MIGUEL CASTRO

CONSTRUTOR
BRÁS DE FARIA MACEDO & FILHOS, LDA.

COMENTÁRIOS DO JÚRI

O Júri considerou esta candidatura como uma obra de restauro puro e único, em que não foi necessário fazer mais intervenções desnecessárias.
Pelo facto de ser tão simples e necessária, tornou-se a mais interessante, visto que preservou o fundamental de um património. Os trabalhos de recuperação foram feitos respeitando o existente, incluindo a recuperação da cor original, em tons de vermelho, que havia desaparecido.
O Júri realçou ainda a simplicidade, mas com resultado muito positivo.

MEMÓRIA DESCRITIVA DO AUTOR

DO ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O sistema de abastecimento de águas à cidade de Braga do século XVIII, designado popularmente como "Sete Fontes", constitui um sistema de captação e abastecimento de água, beneficiado e monumentalizado em meados do século XVIII, no consulado de D. José de Bragança então Arcebispo de Braga (1741/1756).
Este sistema de engenharia hidráulica é constituído por condutas, galerias subterrâneas, mães de água e fontes, com cerca de 3500 metros de extensão, correspondendo cerca de 2250 metros a galerias subterrâneas e à vista e o restante a condutas de ligação feitas em manilhas de pedra ou em tubagem de ferro.
As fontes, também designadas por "capelas", são estruturas edificadas em pedra aparelhada, de planta circular e teto abobadado, cuja principal função é a junção das condutas e minas por onde a água circula, permitindo

o respetivo respiro. Estas estruturas permitem o acesso às galerias, de modo a se proceder à manutenção e limpeza, assegurada pelo município até aos dias de hoje.
As galerias das minas, escavadas no subsolo, possuem diferentes características que vão desde um simples túnel de saibro, a outras construídas com paredes em pedra, fechadas com lajes também em pedra; apresentam dimensões variáveis, permitindo algumas a visita e circulação de pessoas. A água circula no seu interior, em condutas feitas em caleiras em pedra escavada em meia cana, em caleiras em telha de barro e nalguns casos no chão em saibro.
O sistema de captação e abastecimento de águas de Braga remonta a uma época em que em Portugal se construíram diversas infra-estruturas urbanas, que muito contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do reino, enquadradas pelo urbanismo emergente do barroco.
As "Sete Fontes" abasteceram durante um período de cerca de duzentos anos, não só fontes e fontanários da cidade, como também, quintas, conventos e as principais estruturas civis da cidade, mantendo-se ainda hoje em funcionamento, naturalmente sem a importância fulcral de que se revestiram no passado. Apesar de algumas intervenções que sofreram nas décadas de 30 e 40 do século passado, e que passaram pela colocação de tubagens em ferro para diminuir perdas de água, mantiveram-se na generalidade as respectivas estruturas e características técnicas e arquitectónicas.
Este conjunto edificado, do ponto de vista patrimonial,

constitui-se de facto como um Sítio, nos termos da Convenção de Granada promovida pelo Conselho da Europa em 1985, entendido como obra combinada, do Homem com a natureza – a água – que constitui um espaço suficientemente coeso e homogéneo que pode ser delimitado topograficamente – o vale - e que possui notável interesse histórico, arqueológico, artístico, técnico e científico.
Estamos perante um extraordinário conjunto edificado, no qual se conjugam harmoniosamente os recursos naturais e paisagísticos, com o engenho do homem e a sua criatividade artística de inspiração barroca, sendo merecedor de toda a atenção e fruição que cada vez mais os bracarenses lhe dispensam.

DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PRÉ INTERVENÇÃO

As mães de água, apesar da degradação provocada, nomeadamente pela deficiente conservação ao longo dos tempos, ainda mantinham a sua estabilidade física e integridade arquitetónica. Em diversos paramentos que as compõem, registavam-se generalizadas ocorrências de colonização biológica que desenvolveram raízes, cujo suporte se concretiza nos próprios rebocos, penetrando pelas juntas das paredes.

A referida atividade orgânica alterou a estabilidade dos rebocos nas suas características físicas, mecânicas e químicas, exprimindo-se isto em fissuras mapeadas, em destacamentos e desagregações, em empolamentos que provocaram derrocadas parciais.
Argamassas em cimento apareceram nas juntas e nas coberturas, provocando incompatibilidades físicas que foram corrigidas.
Observava-se também que, na generalidade, as portas de acesso ao interior das diversas construções foram sofrendo adaptações pouco ponderadas feitas ao longo do tempo.

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

DA PROPOSTA DE RESTAURO E CONSERVAÇÃO DAS MÃES DE ÁGUA E DEMAIS CONSTRUÇÕES

A intervenção visou a limpeza e reposição dos rebocos conforme intervenção original, preservando a integridade do Complexo das Sete Fontes e a integração harmónica entre as partes e o todo, quer seja o intrinsecamente construído ou o natural paisagístico que o envolve. Foram feitos trabalhos de reposição de alvenarias, nomeadamente o brasão em pedra sobre uma das mães de água (Dr. Sampaio) e a substituição das diversas portas exteriores (...).

DA METODOLOGIA ADOTADA PRECONIZA A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

1 | Pulverização, as vezes que foram necessárias, de todas as ervas e colonização biológica em geral, com água a temperatura muito elevada, de modo a queimar toda a matéria orgânica, deixando actuar durante alguns dias após os quais se voltará a repetir.

2 | Espera do afrouxamento da planta até à sua morte, como método de soltar naturalmente a planta do seu suporte, sem deixar marcas ou, pelo menos, diminuir a destruição da envolvente aonde se prende, resultante do acto de separação do paramento.

3 | Intervenção cuidada do arranque das ervas e posterior lavagem das cantarias de remate do reboco: baseada no humedecimento da mesma, com água corrente e sem pressão, auxiliada por escova de cerdas, nylon ou piaça macia. Aqui atendeu-se à desejável homogeneidade do granito no sentido de que a limpeza não seja demasiado profunda e seja ela também homogénea.

4 | Lavagem dos paramentos com jato de ar e afastamento regulado para evitar escavação.

5 | Remoção de argamassas de cimento portland, dadas as incompatibilidades físicas e químicas.

6 | Fecho das juntas, racheando-as (quando necessário), com o auxílio de argamassa de cal e areia, muito pobre.

7 | Execução de Emboço, seguido do Reboco e Areamento, com base numa argamassa tradicional de cal apagada e areias, isentas de sais e matéria orgânica, onde assim for indicado mas, apenas no que reporta a muros. Nos paramentos após a remoção já citada, foi aplicado reboco pré-doseado, cuja calibração será mais equilibrada.

8 | O acabamento final ou revestimento foi feito numa argamassa fina de reboco também pré-misturada, de cor branca, com uma granulometria máxima de 0,6 mm, extremamente aderente ao suporte, impermeável à água da chuva e permeável ao vapor de água.

9 | A pintura final foi executada com base numa pintura de cal, resistente aos raios U.V. e à poluição urbana, com grande poder de cobertura e opacidade.

10 | Impermeabilização dos referidos paramentos, nomeadamente do granito, usando para o efeito, um hidrorrepelente.

11 | Todas as portas foram executadas em madeira de "Castanho" conforme pormenor e com as seguintes características:

• A madeira a utilizar estava convenientemente seca (com um teor de humidade inferior a 22%);

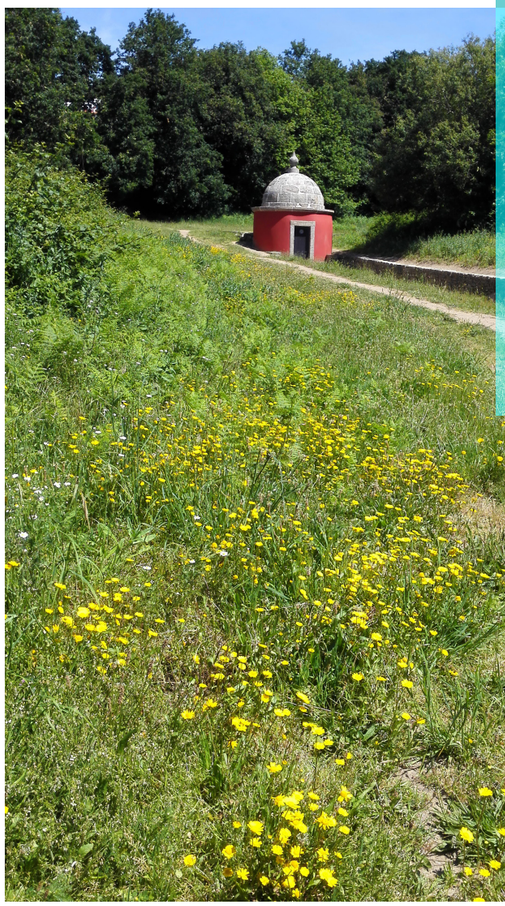
• Aplicada uma protecção fungicida e insecticida, adequada à natureza da madeira e ao local em que esta será utilizada, de acordo com a normalização vigente, nomeadamente, a "NP 2080:1985;

• Todas as ferragens, tais como dobradiças, fechos e fechaduras foram executados em ferro forjado.

• As superfícies a pintar foram emassadas com massa apropriada e de acordo com as indicações do fabricante das tintas. O emassamento, foi aplicado uma primeira vez para regularizar a superfície a pintar, sendo esta depois convenientemente lixada. Depois procedeu-se à aplicação de novo emassamento tendo como finalidade colmatar as deficiências da primeira e dar acabamento final às superfícies. As superfícies foram novamente bem lixadas e limpas de pó da lixagem, com uma trincha macia. Finalmente aplicou-se as demãos de tinta de óleo necessárias ao bom acabamento das superfícies, com o mínimo de duas demãos.

DA COMPATIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS E MATERIAIS PROPOSTOS EM RELAÇÃO AOS EXISTENTES:

Os sistemas e materiais propostos de natureza tradicional visaram a estrita conservação e restauro do bem cultural intervencionado compatibilizando-se com os materiais existentes, obedecendo a parâmetros de absoluta reversibilidade. Excetua-se do mero restauro a proposta formulada para a substituição das portas em madeira face à descaracterização que as mesmas evidenciam, optando-se por uma solução assente em desenho de pormenor, inspirada em edifícios simbólicos da época barroca existentes em Braga.



DA AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E RISCOS DA INTERVENÇÃO PROPOSTA:

Considera-se que os benefícios foram inequívocos desde logo para a efetiva salvaguarda do bem cultural, na medida em que contribuíram decisivamente para interromper um processo continuadamente agravado de degradação. Por outro lado, o restauro permitiu que o monumento se apresente bem conservado e com a dignidade própria do seu valor patrimonial.
Face à tipologia da intervenção – conservação e restauro – os riscos físicos para o bem cultural foram muito reduzidos ou quase inexistentes. Sem prejuízo do referido, toda a intervenção mereceu o acompanhamento de técnicos do Gabinete Municipal de Arqueologia, convidando-se ainda ao acompanhamento das obras por parte de técnicos da DRCN.

DA UTILIZAÇÃO PROPOSTA PARA O IMÓVEL:

Manutenção da função para a qual foi construído, potenciando-se a dimensão de fruição e turismo, cultural e ambiental.

DISTINÇÕES

MENÇÃO HONROSA

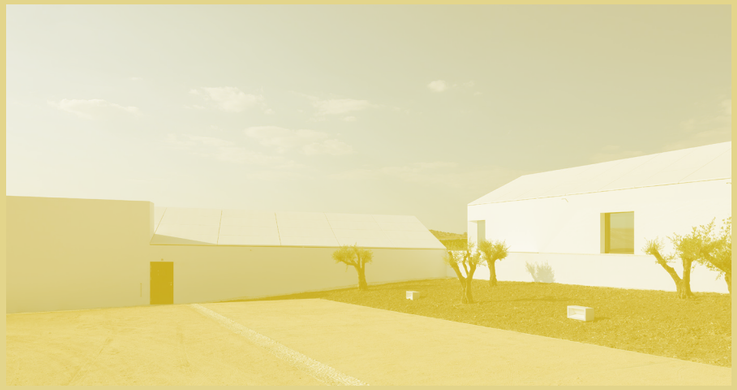
TORRE DE PALMA WINE HOTEL,
MONFORTE.

VARIANTE
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO

PROMOTOR
TORRE DE PALMA, LDA

PROJETISTA
ARQ. JOÃO MENDES RIBEIRO

CONSTRUTOR
ABA – A. BAPTISTA DE ALMEIDA



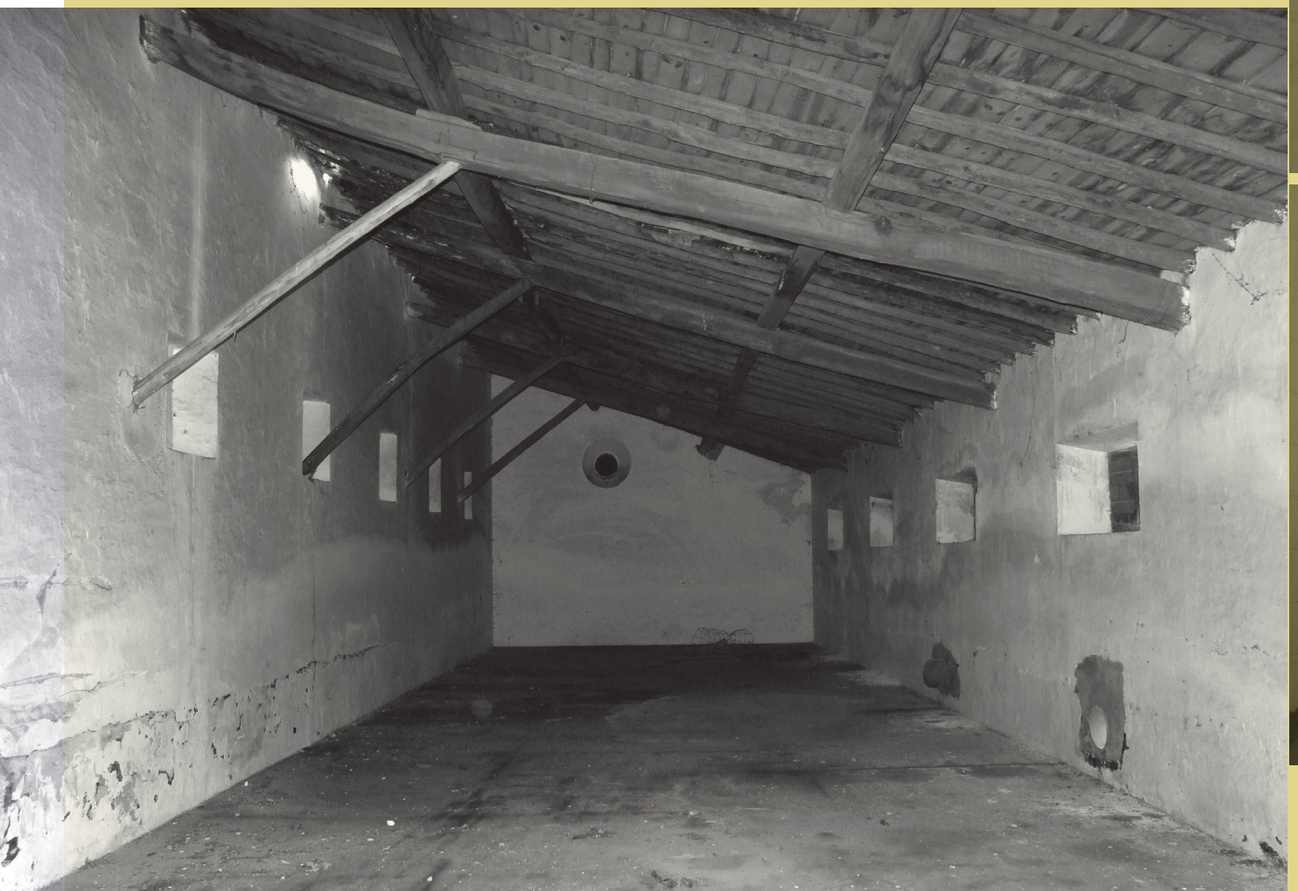
COMENTÁRIOS DO JÚRI

Aquando da análise desta candidatura, o Júri evocou o "mau estado de conservação em como se encontrava o edifício e o facto de ser pouco vulgar a estrutura do conjunto edificado numa zona rural e pelo resultado tão positivo como foi conseguido", pelo que considerou que merecia ser distinguida.

MEMÓRIA DESCRITIVA DO AUTOR

Integrada na paisagem de grandes planícies do Alto Alentejo, a Herdade de Torre de Palma, em Vaiamonte, inclui uma extensão de terreno agrícola e um núcleo edificado de escala considerável circunscrito no lado sudeste da propriedade. O projecto de intervenção, para instalação de um Wine Hotel na herdade, procurou, respeitando as características arquitectónicas do conjunto e da paisagem envolvente, dar resposta ao novo programa funcional. A intervenção incluiu tanto a recuperação e remodelação do conjunto de edifícios preexistente como a construção de raiz de um conjunto de novos edifícios, baseada em gestos claros, precisos e sensíveis às características do lugar.
Nos casos de recuperação de estruturas preexistentes, a configuração geral de cada edifício foi mantida, procedendo-se apenas a alterações ao nível da organização espacial interior, à construção de elementos pontuais ou à abertura de novos vãos. Sempre que possível, recuperaram-se os materiais e sistemas construtivos preexistentes. Quando necessário procedeu-se à substituição de coberturas, peças estruturais ou revestimentos, respeitando os processos e valores artesanais, com recurso a materiais autóctones ou artesanais (caso da caiação, da madeira, da pedra e do azulejo e tijoleira artesanal).

No terreiro central, implantam-se contiguamente a casa-mãe, a torre e o antigo celeiro.
A casa-mãe é ocupada pelos espaços de recepção, acolhimento e serviços administrativos, no piso térreo, sendo o piso superior reservado à habitação do proprietário.
A torre, adjacente à casa-mãe, foi pensada para funcionar como biblioteca e como observatório astronómico, no terraço do último piso. Ao lado, o edifício do antigo celeiro acomoda o SPA e uma zona de quartos distribuída por dois pisos.
Delimitando estes edifícios, localizam-se as antigas cavalariças (área de lazer), as antigas oficinas e casas de operários (quartos e apartamentos) e a capela. As antigas cavalariças correspondem actualmente à área social e de lazer, enquanto os edifícios das antigas oficinas e casas de operários foram adaptados para receber a zona de quartos e apartamentos. A capela existente na propriedade manteve as características arquitectónicas originais e foi complementada com a construção de um novo adro no exterior.
Nestes edifícios preexistentes, a madeira é, por excelência, o material utilizado, recorrendo-se a sistemas tradicionais de construção. Na constituição das coberturas, as asnas e as varas são em pinho nórdico, assim como o forro. O



Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

revestimento dos pavimentos é em madeira de carvalho, material utilizado igualmente nas escadas, divisórias e vãos interiores e no mobiliário. Nos edifícios das antigas cavalariças, oficinas e casas dos operários, os alpendres são constituídos integralmente por madeira, sendo os pilares e as asnas em pinho nórdico pintado de preto e o pavimento em madeira modificada.
Os edifícios construídos de raiz têm duas naturezas distintas: edifícios que substituem antigas construções - degradadas e sem interesse patrimonial ou arquitectónico – e edifícios que se implantam segundo novas regras, fora do núcleo original.
No primeiro grupo incluem-se os edifícios da adega, do restaurante e da casa do caseiro, construídos na localização exacta das construções anteriores, com uma lógica material comum a todos eles: estrutura em betão, paredes de alvenaria e cobertura em lajetas de betão. No segundo grupo, fora do núcleo original, o conjunto da piscina estende-se para noroeste, no alinhamento da casa-mãe, e inclui uma plataforma de madeira com piscina, balneários e área técnica semienterrada sob a plataforma.

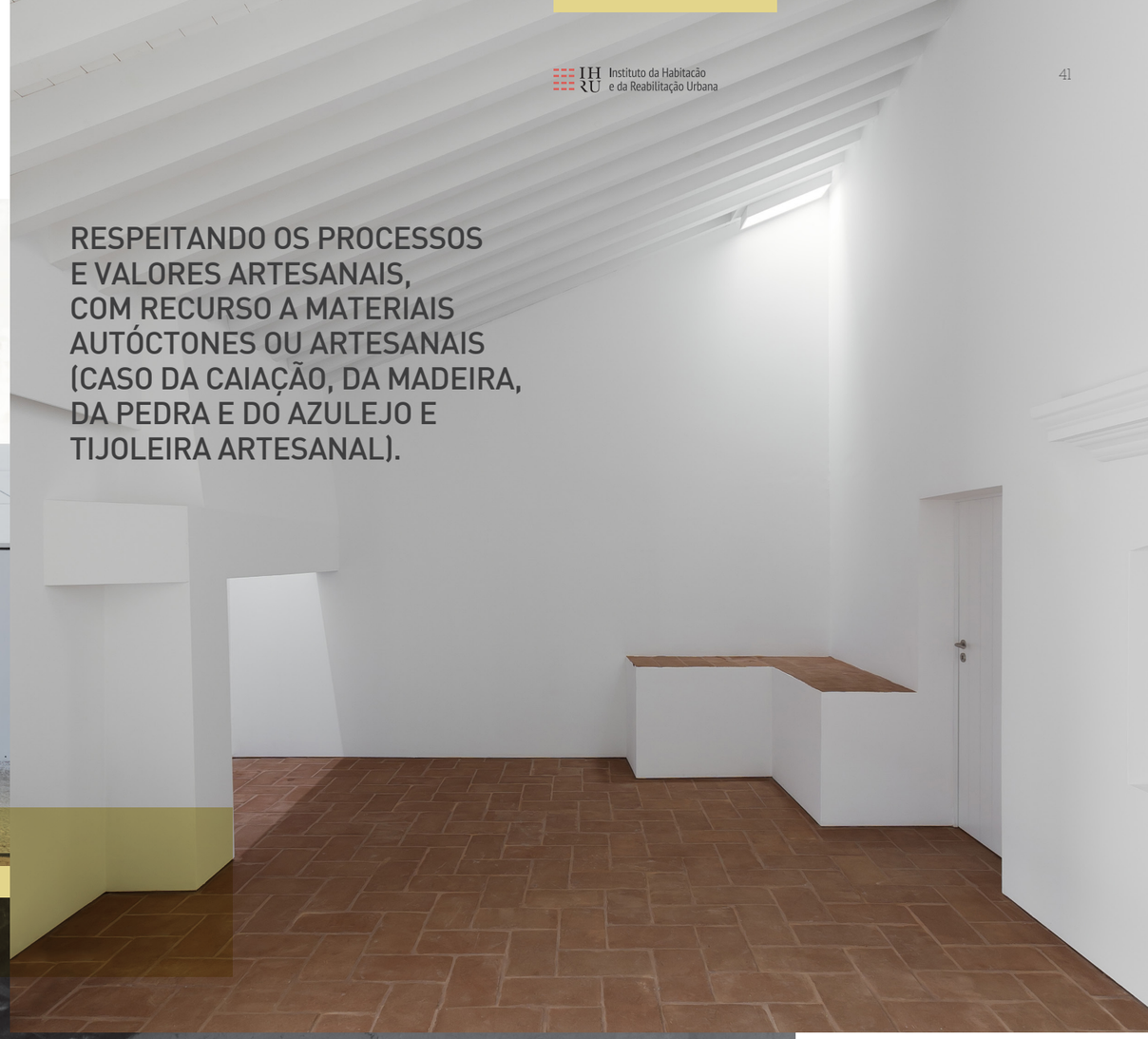
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

A nascente do núcleo original, foram implantadas arrecadações agrícolas, zonas técnicas e uma área de estacionamento coberto e, a poente, o edifício das novas cavalariças associado à zona do picadeiro.
Na generalidade, o terreno manteve a sua morfologia e características originais, com variações pontuais consoante a especificidade de cada área da Herdade. No interior do núcleo edificado, o terreiro foi regularizado - unificando o conjunto - com pavimento em saibro na área central, delimitado por um perímetro de calçada de mármore branco de Estremoz e uma zona de caleira contínua, com seixo rolado, em torno dos edifícios. No exterior do núcleo edificado principal, foram criadas cinco áreas distintas: uma zona de vinha ao longo da levada, uma zona de olival junto à piscina, uma horta biológica cultivada em canteiros e um pomar, junto aos armazéns agrícolas e ainda uma zona de prado, a oeste, associada à cavalariça e ao picadeiro.

SEMPRE QUE POSSÍVEL, RECUPERARAM-SE OS MATERIAIS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS PREEXISTENTES.

QUANDO NECESSÁRIO, PROCEDEU-SE À SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS, PEÇAS ESTRUTURAIS OU REVESTIMENTOS,

RESPEITANDO OS PROCESSOS E VALORES ARTESANAIS, COM RECURSO A MATERIAIS AUTÓCTONES OU ARTESANAIS (CASO DA CAIAÇÃO, DA MADEIRA, DA PEDRA E DO AZULEJO E TIJOLEIRA ARTESANAL).



DISTINÇÕES

MENÇÃO HONROSA

REQUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ALBURRICA | PASSADIÇO DOS MOINHOS DE ALBURRICA, BARREIRO.

VARIANTE
REABILITAÇÃO OU REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

PROJETISTA
ARQ. HÉLDER SIMÕES

CONSTRUTOR
EME SINGULAR

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

COMENTÁRIOS DO JÚRI

Foi considerada uma candidatura merecedora duma menção honrosa porque "é de louvar um trabalho que representa o começo duma operação urbanística, que possa dar continuidade à reabilitação daquele território no seu todo e contribuir para o desenvolvimento de mais projetos deste tipo".

O júri considerou ainda que foi importante ter tido a sensibilidade de trazer a população junto ao potencial ambiental, algo tão rico e tão simples e a reabilitação do espaço público que alcançou melhor resultado, enquanto intervenção.

MEMÓRIA DESCRITIVA DO AUTOR

No seguimento da intervenção/requalificação no território de Alburrica, foi proposta a construção de um percurso, em passadiço sobre o rio, que permitisse fruir todo o território, tornando-o um circuito/observatório sensível ao valor paisagístico do local, tocando-o cirurgicamente, mimetizando em termos de forma a "original" configuração dos taludes das caldeiras, permitindo desta forma ligar a malha da cidade, com o restante território "in rio" onde se situam os moinhos de maré e de vento.

O OBJECTIVO: ACRESCENTAR AINDA MAIS VALOR À IDENTIDADE DO TERRITÓRIO.

Foi então proposta a construção de três passadiços, cada um com o nome de cada um dos moinhos, "moinho pequeno", "moinho grande" e "moinho do cabo", que ligam diretamente à malha da cidade, entre a Rua Miguel Pais e os três moinhos de vento de Alburrica,

Os passadiços fazem parte de um conjunto de percursos pedonais de penetração no território de Alburrica, cujo traçado se inicia junto ao Largo do Moinho Pequeno, e passará por todos os moinhos de maré aí existentes.

Já apelidado de "percurso dos moinhos", esta intervenção pretendeu, com o tipo de solução e materiais empregues, responder do ponto de vista ambiental de uma forma adequada tendo em conta os critérios de sustentabilidade para este tipo de obra, no caso, a utilização de materiais compósitos reciclados (exemplo do tipo de piso e de guardas proposto para os passadiços), o tipo e quantidade de apoios a construir sobre o rio e a iluminação proposta.

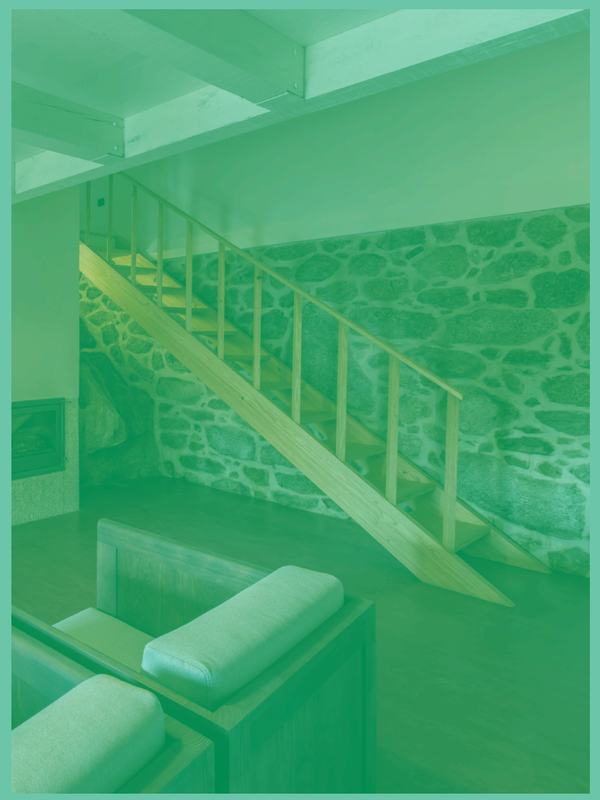
A solução preconizada "defende" o espaço e dotou-o de maior atractividade, trata-se de uma intervenção criteriosa que mantêm o melhor do que perdurou, e promove a requalificação ambiental e paisagística da totalidade da área de Alburrica.
Até à construção dos passadiços, grande parte desta área, era marginal e desqualificada, e residualmente usufruída pela população.
Os passadiços permitem não só uma utilização de lazer (caminhada, running, bicicleta), mas também um melhor acesso à água por parte de uma pequena comunidade de pescadores, assim como um novo percurso de acesso à Escola Secundária Alfredo da Silva.
As ruínas dos antigos moinhos de maré persistem, mas anseiam por serem reabilitados e recuperados, e só poderá ser esse o próximo passo, alavancado pela proximidade que os passadiços trouxeram, mais visíveis nas suas texturas nas suas cicatrizes, romanticamente próximas da população.
Toda a área de Alburrica encontra-se em reabilitação, sendo que este tipo de obra possibilitou um melhor e maior usufruto do local por parte da população.
De imagem e linguagem arquitectónica "serena", o objeto passadiço não se pretende impor sobre o território pela sua espetacularidade formal, mas antes pelo seu "design amigo" do local e do ambiente.
Os materiais utilizados são disso a prova, resultante de reciclagem de materiais.
A opção recaiu num percurso que passa junto a cada um dos moinhos, sem os tocar, possibilitando um olhar mais próximo sobre cada um deles, de uma perspetiva até aqui inexistente.
Apesar dos moinhos ainda "desesperarem" por ser reabilitados e verdadeiramente recuperados, foi com a construção dos passadiços, reabilitado "o sentir do local" e reabilitada a vivência de Alburrica.

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

DISTINÇÕES

PRÉMIO



CASAS DE CAMPO NA ALDEIA DE TREBILHADOURO, VALE DE CAMBRA.

VARIANTE
REABILITAÇÃO DO CONJUNTO URBANO

PROMOTOR
TRAÇOS DE OUTRORA | REVIVER TREBILHADOURO

PROJETISTA
ARQT. ANDRÉ EDUARDO TAVARES

CONSTRUTOR
ROGÉRIO B. SANTOS CONSTRUÇÕES, LDA

COMENTÁRIOS DO JÚRI

O Júri considerou esta candidatura como sendo uma intervenção difícil em nove casas diferentes, que conseguiu conjugar de forma positiva o antigo e o novo, mantendo a ruralidade das casas.
O júri considerou importante a distinção desta candidatura, podendo representar um incentivo para a reabilitação e desenvolvimento das aldeias.

MEMÓRIA DESCRITIVA DO AUTOR

CONTEXTO

A aldeia do Trebilhadouro localiza-se na vertente Poente da serra da Freita, em Vale de Cambra, a cerca de 625m de altitude. A sua posição estratégica permite-lhe uma visão privilegiada do território circundante nomeadamente a Ria de Aveiro.
Trata-se de uma aldeia de pequena dimensão, onde as construções se implantam segundo um percurso central que atravessa toda a povoação. Este percurso, com um acesso a partir da estrada municipal, atravessa uma série de socalcos agrícolas para chegar até à cota estável onde se situa a aldeia.

No centro da povoação situa-se a fonte e a represa para rega dos terrenos.
As construções são de pequena dimensão, maioritariamente com dois pisos, em alvenaria de pedra com estrutura da cobertura e pisos intermédios em madeira e cobertura em telha cerâmica. O piso térreo destinava-se sobretudo aos animais e alfaias agrícolas sendo o piso superior reservado à habitação.
Trata-se de casas modestas com áreas exíguas e de construção rudimentar salientando-se a qualidade do conjunto arquitectónico, da sua implantação no território e não tanto pela qualidade arquitectónica individual.

CONTEXTO

Trebilhadouro perdeu o seu último habitante na década de 80 do século passado. A aldeia manteve-se abandonada, sem residentes permanentes, até ao momento desta intervenção.
Neste cenário foi organizado um "Festival de Artes e Culturas" que, durante uma década, trouxe visibilidade ao local e o compromisso da reabilitação do conjunto rural.
A Câmara Municipal de Vale de Cambra, por contenção orçamental, suspendeu a realização do festival, mas lançou a empreitada de requalificação do espaço público e instalação de infra-estruturas na aldeia. Esta obra permitiu que os antigos e novos proprietários se motivassem e avançassem com os projectos de transformação das pequenas construções em casas para Turismo no espaço rural – Casas de Campo.
Em 2011, Trebilhadouro foi classificado como "Aldeia de Portugal" integrando um conjunto de aldeias com quem partilha interesse histórico e patrimonial.
A obra apresentada consiste na transformação de 9 casas, dispersas pela aldeia que, pelo seu tamanho reduzido e pela proximidade das construções, vê grande parte do seu património construído ser reabilitado.
A obra divide-se em dois grupos: grupo A e grupo B, sendo o grupo A propriedade da Traços de Outrora Turismo Rural Lda. e o grupo B da Reviver Trebilhadouro, Lda.
Os dois promotores responsáveis por esta obra candidataram o projecto a comparticipação comunitária, tendo obtido financiamento para a reconstrução da mesma.
As casas encontravam-se em ruína à excepção de uma, com a obra já iniciada, claramente dissonante no contexto no que toca ao sistema construtivo e linguagem arquitectónica adoptada.

CONJUNTO URBANO

Estas recuperações, apesar de dispersas pela aldeia, funcionam em conjunto, usando as valências das construções de maior dimensão para apoio das mais pequenas. Por outro lado, as casas são servidas por um edifício de apoio, construído pela Câmara Municipal, para apoio a pequenos-almoços, recepção, bar e local de convívio. Esta construção pretende servir as actuais recuperações, bem como futuras, e tem como objectivo criar uma identidade própria para a aldeia.
O espaço público, que une os casos apresentados, funde-se com os espaços privados e semi-privados afectos às construções, recriando-se assim o ambiente rural sem barreiras e limites, ganhando-se uma continuidade e vivência dos espaços exteriores.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

A aldeia encontrava-se numa situação frágil, as construções em ruína possuíam poucas memórias do seu passado, tornou-se necessário rescrever um.
Com base no existente e com uma análise do edificado na região, chegou-se a um princípio de intervenção onde se procurou recuperar a linguagem arquitectónica característica destas construções. As ampliações pontuais seguiram o princípio construtivo primitivo, tanto a nível material como no seu desenho.
Pretendeu-se uma imagem coerente e homogénea para o conjunto das casas intervencionadas. O tamanho da aldeia não permite uma grande diversidade e contraste de linguagens. A oportunidade de recuperar grande parte das construções ainda restantes revelou-se de uma enorme responsabilidade por poder constituir-se como um corpo construído de referência a futuras recuperações, como veio a verificar-se mais tarde.
O programa moldou-se à compartimentação primitiva, privilegiando-se a leitura do espaço interior na sua totalidade, concentrando espaços de serviço em pequenas "caixas".
Procurou-se preservar a escala reduzida das casas como memória e sempre que necessário, reproduziram-se as proporções destes espaços.

SISTEMA CONSTRUTIVO

Procurou-se definir uma hierarquia na caracterização dos espaços recorrendo-se a dois sistemas de pormenorização distintos: o primeiro, em construções de pequena dimensão, caracteriza-se pela simplificação dos encontros entre materiais usando-se a betonilha aditivada com óxido de ferro "queimada" à colher nos pavimentos, alvenaria de pedra aparente nas paredes e tectos com os vigamentos aparentes; um segundo, em construções de maior relevância, recorre a remates em madeira como rodapés e guarnições e revestimentos de tecto em madeira tipo "Capa e Camisa". A hierarquia na pormenorização presente na Arquitectura Popular Portuguesa, apresenta-se neste caso relacionada com a importância do compartimento.
As alvenarias de pedra aparentes foram mantidas, optando-se por não isolar termicamente as mesmas na maioria dos casos, aproveitando-se a elevada inércia térmica dada pela sua espessura. As coberturas e pisos intermédios foram construídos em estrutura e revestimento de "Pinho", tal como originalmente. Na cobertura, aplicou-se isolamento térmico e sub-telha e revestiu-se a telha com desenho de canudo. As caixilharias reproduzem o desenho e materiais característicos desta época com vedações e isolamento melhorados. As instalações sanitárias e cozinhas, originalmente inexistentes, foram desenhadas como "móveis", mas detalhadas com pormenores coerentes com o momento histórico destas construções.

SUSTENTABILIDADE

Para esta obra privilegiou-se a utilização de materiais de proveniência local, como as madeiras autóctones como o Pinho e o Eucalipto e outros materiais como o granito amarelo da região.
A mão-de-obra, proveniente da região, aplicou técnicas de construção artesanais.
As cantarias utilizadas na ampliação dos volumes em pedra tiveram origem em demolições e foram reaproveitadas neste contexto, resultando no reaproveitamento de um material e numa melhor integração do novo em relação às alvenarias primitivas.

PRETENDEU-SE UMA IMAGEM COERENTE E HOMOGÉNEA PARA O CONJUNTO DE CASAS INTERVENCIONADAS.

O aquecimento das casas é feito por salamandras ou recuperadores de calor a biomassa, usando-se um recurso abundante na região.
Evitaram-se os colectores solares pelo impacto visual na aldeia substituindo-se estes por bombas de calor para AQS.

Como protecção dos pavimentos em soalho, utilizaram-se produtos naturais, à base de óleo de pinheiro, conferindo uma aparência natural e evitando-se a utilização de solventes.

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

OUTRAS CANDIDATURAS

REABILITAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO EM UNIDADE HOTELEIRA - MONTE BELVEDERE HOTEL, EM LISBOA

PROMOTOR

MEDISAFRA, LDA

EXECUÇÃO

FLORES & GOMES - CONSTRUÇÕES E OBRAS, LDA

PROJETO

ARQ.º MÁRIO RUI PEREIRA DA SILVA

PROGRAMA HABITAÇÃO JOVEM, EM RUA COSTA PINTO, N.º 196, EM OEIRAS

PROMOTOR

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

EXECUÇÃO

COBENG, LDA.

PROJETO

ARQ.º PEDRO CARRILHO

PROJETO MAIS BOAVISTA | REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DA BOAVISTA OLHEIROS, EM TORRES VEDRAS

PROMOTOR

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS

EXECUÇÃO

COMPROJECTO - PROJECTOS E CONSTRUÇÕES, LDA.

PROJETO

ANTÓNIO JOSÉ ROLA PEREIRA BASTOS

REGENERAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DE ALCOCHETE - REQUALIFICAÇÃO DA AV. D. MANUEL I, LARGO DA MISERICÓRDIA E RUA DO NORTE, EM ALCOCHETE

PROMOTOR

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA

EXECUÇÃO

ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.

PROJETO

SIDÓNIO PARDAL (PROF. DOUTOR)

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO NA AV. VASCO GAMA, 171, EM CASCAIS

PROMOTOR

PETER DICK VAN DEN BERG | ARQ. HUMBERTO CONDE

EXECUÇÃO

ECBUILD

PROJETO

ARQ. HUMBERTO CONDE

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DA CORRENTEZA, 21, EM LISBOA

PROMOTOR

SRU-LISBOA OCIDENTAL

EXECUÇÃO

SOGESTURBI

PROJETO

ARQ.º HUMBERTO CONDE

REABILITAÇÃO DO PALACETE E JARDINS BENSAÚDE DO LUMIAR, EM LISBOA

PROMOTOR
IAPMEI, I.P.
EXECUÇÃO
ENGITETRA, LDA E PMJ CONSTRUÇÕES, LDA
PROJETO
DIANA EIBNER ROTH

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO - RESTAURANTE / BAR STATION, EM LISBOA

PROMOTOR
BAR DO RIO - SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO HOTELEIRA, SA
EXECUÇÃO
PAVIANA
PROJETO
ARQ.º PEDRO RICCIARDI

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA ENTRADA ESTE DE FERREIRA DO ALENTEJO

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO
EXECUÇÃO
MANUEL PEDRO DE SOUSA E FILHOS, LDA
PROJETO
ÁLVARO RAMOS

EDIFÍCIO DE SÃO TOMÉ – CASTELO, EM LISBOA

PROMOTOR
LAKSMI . SOCIEDADE IMOBILIÁRIA UNIPESSOAL, LDA
EXECUÇÃO
S. C. GOUVIGA, LDA
PROJETO
JOÃO GOUVEIA

REABILITAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DO QUARTEIRÃO DOS LAGARES, PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO DA MOURARIA, EM LISBOA

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
EXECUÇÃO
CONSTROPE-CONGEVIA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA
PROJETO
DNSJ.ARQ / ARQ. NUNO SIMÕES

REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO ALENTEJO

PROMOTOR
MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO
EXECUÇÃO
PROTECNIL – SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÕES, S.A.
PROJETO
BRUNO MIGUEL GUIMARÃES BORGES

REGENERAÇÃO PROGRAMADA DA ÁREA RIBEIRINHA DE ALBURRICA + BARREIRO ANTIGO, NO BARREIRO

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO
EXECUÇÃO
GRUPO ABB | VIBEIRAS, ARQ. PAISAGISTA | MANVIA, SA
PROJETO
ARQ.º EMANUEL MENESES SANTOS

REABILITAÇÃO DA CASA DO ABADE DE PRISCOS PARA MUSEU E CENTRO PAROQUIAL, EM BRAGA

PROMOTOR
PARÓQUIA DE SÃO TIAGO DE PRISCOS
EXECUÇÃO
JOSÉ & PAULO SILVA, LDA
PROJETO
ARQ.º MIGUEL CASTRO

REABILITAÇÃO DO EXTERIOR DA CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS

PROMOTOR
COMISSÃO FABRIQUEIRA DA PARÓQUIA DE BAGUNTE
EXECUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO DIRECTA
PROJETO
ARQ.º RAULINO SILVA

REABILITAÇÃO DA 'ALA CENTRAL' DO ANTIGO COLÉGIO DAS ARTES, EM COIMBRA

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXECUÇÃO
LUSOCOL – SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA
PROJETO
EDUARDO MOTA

TRANSFORMAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR EM JARDIM DE INFÂNCIA E ATL, EM GONDOMAR

PROMOTOR
JOSÉ EDUARDO ANTUNES PIMENTEL
EXECUÇÃO
ALBANO CORREIA DA SILVA + CONSTRUÇÃO CIVIL
PROJETO
ARQ.º ANDRÉ EDUARDO TAVARES

REQUALIFICAÇÃO/ NATURALIZAÇÃO DO ESPAÇO DA "ANTIGA FÁBRICA DAS BOBINES", EM GOUVEIA

PROMOTOR
MUNICÍPIO DE GOUVEIA
EXECUÇÃO
ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA.
PROJETO
ENGENHEIRO ANTÓNIO MANUEL MONTEIRO MENDES

REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO VIÁRIO MOUZINHO/FLORES, NO PORTO

PROMOTOR
GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, EM
EXECUÇÃO
CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.
PROJETO
ARQ.º JOÃO PESTANA (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO)

REABILITAÇÃO DA FACHADA DO "EDIFÍCIO JÚPITER", EM PÓVOA DO VARZIM

PROMOTOR

SC PROJECTOS, LDA

EXECUÇÃO

VIEROMINHO II - CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, LDA.

PROJETO

ARQ.º ANTÓNIO MANUEL SOARES DA COSTA

PROJECTO DE RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES A CASA DA CULTURA, EM PINHEL

PROMOTOR

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

EXECUÇÃO

BIOSFERA CONSTRUÇÕES

PROJETO

LUIS SOBRAL

REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, EM COIMBRA

PROMOTOR

JOANA NETO MARTINS

EXECUÇÃO

CIVIFRAN CONSTRUÇÕES, LDA.

PROJETO

JORGE TEIXEIRA DIAS

CASA DO BONJARDIM (HABITAÇÃO UNIFAMILIAR), NO PORTO

PROMOTOR

NUNO CASTRO

EXECUÇÃO

RIELZA TÉCNICA E CONSTRUÇÃO DO DOURO, LDA

PROJETO

ARQ.ª ADRIANA FLORET

PORTA NOBRE (1872 RIVER HOUSE GUEST HOUSE), NO PORTO

PROMOTOR

MARIA TERESA COSTA AGUIAR

EXECUÇÃO

WEPLAN, CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E REABILITAÇÃO

PROJETO

ARQ.º ADRIANA FLORET

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO PARA SERVIÇOS, EM VISEU

PROMOTOR

VISEU NOVO SRU - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA

EXECUÇÃO

VILDA - CONSTRUÇÃO CIVIL, SA

PROJETO

CARLOS MANUEL GASPAR

REGULA-MENTO

PRÉMIO IHRU 2015

ARTIGO 1º

OBJETO

1 - O Prémio IHRU consiste na atribuição de distinções de prestígio a ações de reabilitação urbana.

2 - O Prémio IHRU encontra-se estruturado em quatro variantes:

a) Reabilitação de edifício;
b) Reabilitação de conjunto urbano;
c) Reabilitação ou requalificação de espaço público;
d) Área de Reabilitação Urbana.

ARTIGO 2º

OBJETIVOS

CONSTITUEM OBJETIVOS DO PRÉMIO IHRU:

a) Valorizar e promover a divulgação do trabalho desenvolvido por projetistas, construtores e promotores, tanto públicos como privados, ao nível da reabilitação urbana;

b) Promover a disseminação de boas práticas;

c) Contribuir, através do conhecimento de experiências inovadoras, para a contínua adaptação a novas situações;

d) Assegurar, através da divulgação das melhores intervenções, também na perspetiva técnico-económica, o interesse dos cidadãos em geral pela preservação e revitalização do património habitacional e das áreas urbanas;

e) Contribuir para a divulgação de melhorias sociais no acesso à habitação.

ARTIGO 3º

NATUREZA DO PREMIO

1 - É atribuído um prémio por cada uma das quatro variantes identificadas no artigo 1º.

2 - O Prémio é de natureza não pecuniária e consiste na atribuição de menções de prestígio assinaladas através de troféus, diplomas e placas distintivas para afixação nos locais.

3 - Podem ser atribuídas menções honrosas, em cada uma das variantes do Prémio IHRU, destacadas mediante a entrega de diplomas.

4 - As candidaturas distinguidas são apresentadas publicamente através de uma exposição.

ARTIGO 4º

PERIODICIDADE

1 - O Prémio IHRU tem periodicidade anual, sendo a seleção das intervenções efetuada de entre as apresentadas a concurso.

2 - A atribuição do Prémio IHRU, nas suas variantes, é realizada numa única cerimónia pública.

ARTIGO 5º

JÚRI

1 - A seleção das intervenções é efetuada por um júri constituído para o efeito.

2 – O júri é composto por:

a) Uma personalidade de reconhecido mérito, a indicar pelo Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., que preside;

b) Um membro do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., que substitui o Presidente do Júri, na sua ausência;

c) O Coordenador do Prémio IHRU;

d) Um representante designado por cada uma das seguintes entidades:
i. Ordem dos Arquitetos (OA);
ii. Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP);
iii. Ordem dos Engenheiros (OE);
iv. Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC);
v. GECoRPA - Grémio do Património

3 - Cada entidade indica um representante suplente, que assegura a continuidade dos trabalhos em caso de falta ou impedimento do membro do júri por ela indicado.

4 - O Coordenador do Prémio IHRU e mais dois técnicos, nomeados pelo Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., constituem uma Comissão Técnica que identifica, mediante análise da documentação remetida nas candidaturas, as visitas aos empreendimentos concorrentes, as intervenções com qualidade suficiente para serem propostas ao júri.

5 – O júri delibera em reunião privada por maioria simples de votos dos membros presentes, possuindo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

6 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o júri só pode deliberar a vacatura do Prémio IHRU para as menções de prestígio, por maioria de dois terços dos membros presentes à reunião.

7 - De cada reunião é lavrada ata, que contém um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando designadamente a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e resultado das votações.

ARTIGO 6º

ORGANIZAÇÃO

1 - Incumbe ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., a organização do Prémio IHRU, sendo da sua responsabilidade o anúncio de abertura e a sua divulgação, designadamente no que concerne à organização da sessão pública, exposição e publicações, podendo contudo solicitar a colaboração de outras entidades públicas ou privadas para o cabal desempenho de todas as tarefas que se revelem necessárias à promoção do procedimento.

2 - O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP., fixa anualmente os períodos de candidatura e os prazos para a prática dos atos procedimentais necessários, os quais são divulgados no Portal da Habitação, conjuntamente com a demais informação relevante.

ARTIGO 7º

ENCARGOS

1 - Constitui encargo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP., as despesas com a organização geral do evento, designadamente com a participação nos trabalhos do Júri dos representantes das várias entidades e convidados, e com as demais atividades que lhe sejam adstritas.

2 - Não constituem encargos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP., quaisquer despesas que não decorram diretamente das atividades previstas no presente regulamento, ainda que sejam decorrentes do Prémio IHRU.

3 - É da exclusiva responsabilidade dos promotores a organização da sua candidatura ao Prémio IHRU, designadamente no que concerne aos encargos inerentes à apresentação do material de suporte de análise.

4 - É ainda da responsabilidade dos promotores o levantamento do material apresentado a concurso, no prazo de trinta dias úteis após a realização da exposição ou após a notificação que para o efeito lhes for endereçada.

ARTIGO 8º

PRÉMIO

1 - Aos responsáveis pela intervenção distinguida com a menção de prestígio, designadamente promotor, projetistas/autores e construtor quando for o caso, são

atribuídos troféus e diplomas.

2 - Na intervenção referida no número anterior é colocada uma placa de material imperecível.

3 - Aos responsáveis pela intervenção distinguida com menções honrosas, são entregues diplomas.

ARTIGO 9º

ELEGIBILIDADE

1 - Podem apresentar candidatura ao Prémio IHRU todas as entidades publicas ou privadas que tenham promovido intervenções de reabilitação urbana em qualquer uma das variantes referidas no artigo 1º.

2 - As entidades, referidas no parágrafo anterior, podem apresentar mais do que uma candidatura, de diferentes obras de intervenção, para cada variante. Podem, também, na mesma intervenção candidatar-se a diferentes variantes, sendo necessário, neste caso, que a cada variante corresponda uma candidatura.

3 - Só são admitidas a concurso as intervenções concluídas no ano civil anterior ao prémio em causa.

4 - A variante de área de reabilitação urbana, destina-se às propostas de delimitação de área de reabilitação urbana (ARU) aprovadas, tendo como referência a data de aprovação da respetiva assembleia municipal, nos termos do previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32, de 14 de agosto.

ARTIGO 10º

CANDIDATURAS

1 - A abertura do procedimento para atribuição do Prémio IHRU é objeto de adequada publicitação, na comunicação social e no Portal da Habitação, a qual consubstancia um convite à apresentação de candidaturas.

2 - Qualquer pessoa ou entidade pode sugerir uma candidatura que será posteriormente formalizada se assim houver interesse por parte do respetivo promotor.

3 - Os interessados devem formular a candidatura que inclua informação detalhada sobre a intervenção de reabilitação urbana, designadamente:

a) Documentação escrita, gráfica e fotográfica, montada em painéis rígidos de material leve, de 700 x 1000 mm, ao alto, e espessura não superior a 5 mm, sendo o número de painéis limitado a um máximo de dois;

b) Documentação, escrita, gráfica e fotográfica apresentada em papel, em Formato A4, necessária para esclarecer as intervenções realizadas e a que o concorrente repute imprescindível para expor os aspetos indicados no artigo 11º deste regulamento e/ou evidenciar os aspetos relevantes do seu trabalho para avaliação;

c) Suporte digital dos elementos indicados nas alíneas a) e b), incluindo um resumo explicativo da intervenção, equivalente a aproximadamente meia página A4, com letra Arial e de tamanho 12 e um conjunto de, pelo menos, cinco fotografias em formato JPG, com qualidade necessária para publicação, ilustrando o objeto a candidatar, antes e depois da intervenção e os demais aspetos relevantes que definam as especificidades da intervenção.

Nota

Devem constar na informação referida na alínea b) do ponto 3:

- Elementos que permitam a avaliação comparativa da situação anterior e posterior à intervenção, fotografias e desenhos vermelhos e amarelos, informar sobre a eficácia das inserções/ transformações em relação ao todo da paisagem em que se inserem, a relação que estabelecem com o projeto, para a sustentabilidade dos processos e dos recursos do território, da acessibilidade/ mobilidade;

- No caso de se tratar de reabilitação isolada de edifício ou de conjunto urbano, a planta de localização/ implantação, a planta dos pisos e da cobertura, os alçados, um corte significativo, a pormenorização dos sistemas/materiais construtivos, a memória descritiva e histórica do edifício ou do conjunto, especificando as características construtivas da intervenção;

- No caso de se tratar de reabilitação/requalificação de espaço público ou da área de reabilitação urbana, as plantas de localização e de síntese;

- No caso de se tratar da variante ARU, deverá juntar uma cópia do aviso publicado na 2ª Série do Diário da Republica do ato de aprovação da delimitação da ARU.

4 - Os interessados devem efetuar a inscrição através do preenchimento da ficha de candidatura disponível online no Portal da Habitação e proceder à entrega dos elementos indicados no ponto 3 deste regulamento, juntando uma cópia impressa da respetiva ficha de candidatura para identificação. Só é considerada formalizada a candidatura após entrega de todos os elementos ao IHRU.

5 - Todo o material será entregue, devidamente embalado e identificado, em local e prazos a publicitar.

ARTIGO 11º

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na apreciação das intervenções apresentadas a concurso e consoante as linhas em causa, o júri pondera os seguintes elementos:

a) Extensão de reabilitação na intervenção;

b) A valorização resultante da qualidade da intervenção;

c) A interligação funcional com os espaços e valores naturais e culturais existentes;

d) A compatibilização da intervenção com as demais usos na área urbana de influência;

e) A imagem e modelo organizacional adotado;

f) As técnicas e a racionalidade construtiva, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente que reduzam o consumo de energia;

g) O garante da acessibilidade e mobilidade na utilização do espaço público e do espaço edificado;

h) A apropriação pelos utilizadores;

i) O carater inovador da reabilitação.

ARTIGO 12º

DISPOSIÇÕES FINAIS

Em tudo o que não estiver especificamente regulado no presente regulamento aplica-se a legislação em vigor.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., 17 de abril de 2015

IH RU Instituto da Habitacão e da Reabilitação Urbana